

Antropologia latino-americana: novas perspectivas

Roberto Biscoli¹

Resumo: Cada vez mais, antropólogos latino-americanos têm produzido conhecimento sobre a realidade social na qual estão inseridos, o qual serve de referencial para explicar realidades mundiais. Contudo, a visibilidade dada a essa produção de conhecimento está limitada à visão eurocêntrica e americana que a comunidade mundial de antropólogos tem sobre os países latino-americanos. O presente artigo, por meio de uma revisão bibliográfica do que é produzido na América Latina, tem a finalidade de mostrar que existe uma produção de conhecimento diferenciada na América Latina. As questões sociais, econômicas, políticas; a diversidade étnica e linguística; e os processos de imigração e de migrações incidem na produção cultural e científica da América Latina. A revisão bibliográfica mostra que discutimos temáticas que são comuns na comunidade antropológica mundial, mas, ao discutir temáticas em contextos nacionais, novos temas são explorados pelos antropólogos latino-americanos, com um olhar diferenciado, observando as interseccionalidades e agregando conhecimento ao que é produzido mundialmente.

Palavras-chave: América Latina, Estado, Gênero, Raça, Interseccionalidades.

Latin american anthropology: new perspectives

Roberto Biscoli

Abstract: More and more, Latin American anthropologists have produced knowledge about the social reality where they are inserted, which serves as a reference point to explain world realities. However, the visibility given to this production of knowledge is limited to the Eurocentric and American view that the world community of anthropologists has about Latin American countries. This paper, through a bibliographical review of what is produced in Latin America, aims at showing that there is a differentiated knowledge production in Latin America. Social, economic and political issues; our ethnic and linguistic diversity; and immigration and migration processes affect the cultural and scientific production of Latin America. The bibliographical review shows that we discuss themes that are common in the world anthropological community, but, by discussing thematic issues in national contexts, new themes are explored by Latin American anthropologists and with a differentiated look at intersectionalities, therefore, aggregating knowledge to what is produced worldwide.

Keywords: Latin America, State, Gender, Race, Intersectionalities.

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo –Rio Grande do Sul. E-mail:

Introdução

Rodolfo Stavenhagem, em seu artigo *Sete teses equivocadas sobre a América Latina* (2014), publicado originalmente no jornal mexicano *El Dia* nos dias 25 e 26 de julho de 1965, é muito feliz ao retratar a forma equivocada como a América Latina é vista e retratada por parte da comunidade acadêmica nacional e mundial. Em seu artigo, ele chama a atenção para a sua visão sobre os vários problemas do desenvolvimento e subdesenvolvimento econômico e social do Brasil e da América Latina.

O primeiro equívoco é olhar para a América Latina como sendo composta por sociedades duais. Para esse autor, falar sobre o dualismo de uma sociedade por um lado arcaica, tradicional, e, por outro, moderna, seria algo equivocado, pois produz um apagamento do processo de formação desses países latino-americanos, já que esses dois polos são o resultado de um único processo histórico, sendo parte de uma sociedade global da qual ambos os polos são partes integrantes (STAVENHAGEM, 2014).

Outra tese equivocada é a de que a burguesia nacional tem o interesse de romper com o poder e o domínio da oligarquia latifundiária. Essa tese difunde o conflito de interesses entre a elite ou nova classe alta, representada pelos modernos empresários do comércio e da indústria, e a elite ou a classe alta tradicional que deriva sua proeminência da propriedade da terra. Para Stavenhagem (2014, p. 164), os interesses agrícolas, financeiros e industriais são conjugados; portanto, o que existe é parceria e não conflito, em que “a desapropriação da aristocracia fundiária na América Latina tem sido exclusiva dos movimentos populares, nunca da burguesia”. A burguesia encontra na oligarquia latifundiária um bom aliado para manter o colonialismo interno, o qual beneficia por igual essas duas classes sociais.

Não é o caso aqui de apresentar as sete teses de Stavenhagem, mas usá-las como exemplo para dizer que estamos rompendo com as doutrinações externas sobre quem somos e o que fazemos, sobre o que e como devemos olhar ao pesquisarmos sobre a América Latina.

Na mesma linha interpretativa sobre a América Latina, Escobar (2007) é feliz ao falar dos novos elementos que estão chamando a atenção da antropologia latino-americana e nos traz como exemplo a ação coletiva dos movimentos sociais e o seu despertar como o ator da luta popular. Percebe a América Latina como parte do terceiro mundo e com uma inesgotável diversidade de culturas e povos, com suas linguagens derivadas de culturas híbridas, com seus fatos políticos, sociais e naturais como chaves para o entendimento das lutas frente à violência da exploração capitalista global. Nessa perspectiva, os pesquisadores devem alimentar-se dessa mescla cultural e étnica que faz dos povos latino-americanos um caldeirão de relações sociais e de transformações de infinito potencial.

A América Latina precisa ser reinterpretada, fugindo dos esquemas mentais de desenvolvimento colonial. Nosso “hibridismo é o que vai determinar a especificidade moderna da América Latina” (ESCOBAR, 2007, p. 9).

Outras leituras sobre a América Latina, sua estrutura econômica e social, sua população, estão cada vez mais ocupando espaço na comunidade científica. A antropologia latino-americana tem discutido, cada vez mais, a estrutura e a dinâmica interna da América Latina e sua relação com a sociedade global, relacionando temáticas, produzido conceitos e teorias, bem como destacando-se pela sua criticidade diante da realidade social.

Nossa voz, nossa antropologia.

A antropologia produzida na América Latina é “crítica” (JIMENO, 2004, p. 35), “não se trata de estudos subalternos”, tratam-se de estudos que repensam conceitos e categorias como comunidade, etnia, identidade, indigenismo, etnogênese, democracia, estado nacional, gênero, feminismo, masculinidade, sexualidade, com um olhar próprio do antropólogo e do seu contexto social analisando os processos sociais específicos do fenômeno.

Roberto Cardoso de Oliveira (1998), apud Jimeno (2004, p. 42), chama a nossa atenção para a criação de um novo sujeito epistemológico, em que o outro faz parte da nação do próprio antropólogo. Essa característica força os antropólogos latino-americanos a terem outros olhares classificatórios e interpretativos.

Um exemplo disso é a análise das etnogêneses das populações indígenas, temática que mostra uma nova forma de pensar a América Latina. De acordo com Bartolomé (2006), a etnogênese é um termo usado para classificar os diferentes processos sociais protagonizados pelos grupos étnicos e dar conta do processo histórico de configuração de coletividades étnicas, como o resultado de migrações, invasões, conquistas, fissões ou fusões. Atualmente, é usado para analisar os processos de emergência social e política dos grupos tradicionalmente submetidos a relações de dominação.

Essa nova visibilidade política obtida pelos povos indígenas tem feito com que os processos pelos quais eles passam sejam objeto de reflexão. Um dos fatores dessa etnogênese pode ser explicado como o resultado indireto e não planejado de políticas públicas, ou seja, povos que haviam renunciado a sua condição étnica reassumiram-na para serem beneficiados por tais programas, como é o caso dos Ixcateco, de Oaxaca, no México, dos Kankuana, de Serra Nevada de Santa Marta, dos Yanacona, do maciço central na Colômbia, e dos Mapuche do Sul ou Atacama, no Chile (BARTOLOMÉ, 2006).

Muitos desses grupos étnicos apresentam uma transfiguração cultural, mas, para Porto Alegre (1998), apud Bartolomé (2006), essa transfiguração cultural não implica no enfraquecimento automático das identidades étnicas, mas produz uma reformulação levando em consideração um novo contexto vivido por esses grupos.

Nesse sentido, as etnogêneses devem ser percebidas como a emergência política de identidades étnicas antes irreconhecíveis para o exterior do grupo devido à transfiguração cultural. Com isso, temos o surgimento de um novo tipo de sujeito político. Esses processos de emergência identitária são fruto de legislações que garantem direitos especiais a essas comunidades (BARTOLOMÉ, 2006).

As etnicidades não representam algo imutável ou algo essencial de um grupo, mas podem ser modificadas, recriadas e, inclusive, construídas ou reconstruídas de acordo com a necessidade dos atores (ROOSENS, 1989, apud BARTOLOMÉ, 2006).

Ante o exposto, Bartolomé sugere utilizar o conceito de etnogênese de maneira ampliada para:

Designar também os processos de atualização identitária de grupos étnicos que enfrentaram profundas mudanças de transfiguração étnica, podendo ser considerados praticamente extintos e cuja emergência contemporânea constitui um novo dado para a reflexão antropológica e para as políticas públicas em contextos multiculturais. Interessante inclusive relacionar a etnogênese aos processos de revitalização étnica e unificação política dos grupos etnolinguísticos historicamente estruturados como sociedades

polissegmentárias acéfalas, isto é, carentes de uma organização política generalizada, que passa a ser agora construída ou reconstruída. (BARTOLOMÉ, 2006, p.53).

Sugere ainda que procuremos entender as etnogêneses contemporâneas não só em termos da articulação dos grupos étnicos com o Estado Nacional, mas também em relação às dinâmicas internas das sociedades nativas (BARTOLOMÉ, 2006).

Outra questão que tem encontrado terreno fértil na América Latina tem a ver com a tentativa de relacionar o Estado e a produção de gênero, sendo postas em evidência as categorias de Estado e gênero como construções sociais, e visando compreender seus limites e fronteiras.

Nesse sentido, Adriana Vianna e Laura Lowenkron, em seu artigo “O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens”, publicado em 2017, nos chamam a atenção para o fato de que “O Estado, para além de ser um conceito, é também o termo que designa unidades sociopolíticas, institucionalidades e fronteiras que moldam e afetam tanto ordens macropolíticas, quanto rotinas burocráticas que nos regem a todos cotidianamente” (2017, p. 02). E o gênero tende a ser “percebido, circulado e experimentado mais como algo de segunda ordem e de natureza eminentemente analítica” (2017, p. 02).

O Estado atuaria como um reprodutor de dinâmicas, práticas e imaginações generificadas que nos atravessam e atravessam a vida social, enquadrando corpos, relações, afetos e sujeitos como (in)desejáveis e (in)teligíveis. Nessa perspectiva, para Vianna e Lowenkron, “é impossível pensar as relações, performance e imaginações de gênero fora do Estado e do mesmo modo que não há processos de Estado que não sejam atravessados por dinâmicas, gramáticas e ou dispositivos generificados” (2017, p. 03). Existindo uma espécie de dupla externalidade que parece se reproduzir sempre no jogo entre gênero e Estado, o gênero aparece como polo desestabilizador, e o Estado é chamado para ocupar a materialização dos esforços de estabilização e regulamento (VIANNA, LOWENKRON, 2017).

Nessa relação entre Estado e gênero, Vianna e Lowenkron (2017) têm o intuito de explorar os complexos entrelaçamentos entre corpos, territórios, sexo, violência, afetos, gênero, Estado e nação.

O feminismo é outra temática que tem rompido barreiras. A esse respeito, o texto de Lélia Gonzales, “Por un feminismo afro-latinoamericano”, publicado em 1988, modifica o modo de ver a questão racial no Brasil, desafia o movimento negro a refletir sobre sua prática forçando-o a reconhecer as suas contradições internas. Além disso, instiga também o feminismo, o movimento feminista, a abordar a questão racial, pois, na leitura que a autora faz de vários textos feministas, eles “denotam uma espécie de esquecimento da questão racial” produzindo o que ela considera um “racismo por omissão” (GONZALES, 1988, p.13).

O feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da realidade que é de grande importância: o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região. Tratar, por exemplo, de divisão sexual do trabalho sem articulá-lo com seu correspondente em nível racial, é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não serem brancas (GONZALES, 1988, p.14).

A dimensão racial precisa ser articulada com a questão feminista, e essas questões vão além das contradições de classe. Gonzales (1988) chama a atenção para a dupla discriminação a que são submetidas as mulheres não brancas, para o duplo caráter da sua condição biológica, racial e sexual, que faz com que elas sejam ainda mais oprimidas e exploradas em uma região de capitalismo patriarcal, racista e dependente que é a América Latina. Essa autora propõe a conscientização da exploração de classe, da discriminação racial, da discriminação sexual, pois estes constituem elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. Também defende um novo feminismo que amplie suas perspectivas, que esteja aberto à participação de mulheres étnica e culturalmente diferentes, que derrubem barreiras, como a do não reconhecimento do racismo pelas feministas e preconceitos antifeministas por parte de ameríndias e amefricanas. Busca articular as lutas mais amplas da sociedade com a demanda específica dos negros, em especial das mulheres negras.

Não poderia deixar de citar os estudos de Maria Lugones e seu artigo “Colonialidade e Gênero” (2008), no qual ela discute a interseção entre raça, classe, gênero e sexualidade com o objetivo de entender a preocupante indiferença que os homens demonstram em relação às violências que sistematicamente são infringidas contra as mulheres negras, ou seja, nas mulheres não brancas vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade de gênero. O artigo se insere dentro da tradição de pensamento de mulheres de cor que têm criado análises críticas do feminismo hegemônico, precisamente por ignorar a interseção de raça/classe/sexualidade/gênero. Discute-se detalhadamente outra maneira, muito diferente dos feminismos ocidentais, de entender o patriarcado a partir da colonialidade de gênero. A autora nos convida a pensar na cartografia do poder global a partir do que ela denomina Sistema Moderno/Colonial de Gênero.

Segato (2010) também segue nessa linha de pensar a interface entre gênero e colonialidade, pautando discussões sobre a necessidade de descolonialidade do saber na América Latina.

Proponho ler a interface entre a pré-intrusão e o mundo colonial moderno a partir das transformações do sistema de gênero. Não se trata de meramente introduzir o gênero como um dos temas para a crítica descolonial, ou como um dos aspectos da dominação no padrão da colonialidade, mas de dar-lhe um real estatuto teórico e epistêmico ao examiná-lo como uma categoria central capaz de iluminar todos os outros aspectos da transformação imposta às vidas das comunidades a serem capturadas pela nova ordem colonial moderna. (SEGATO, 2010, p. 12).

Com isso, Segato (2010, p. 26) propõe a construção de uma concepção que visa universalizar a cidadania, substituir a hierarquia que ordenou a relação de homens e mulheres para um relacionamento igual, “o que estamos realmente fazendo é remediar os males que a modernidade já introduziu com soluções modernas: O Estado entregou com uma mão o que ele já retirou com a outra”.

Discutir gênero é discutir também a situação masculina na sociedade latino-americana. Mara Viveros Vigoya, em seu livro *De quebradores y cumplidores: sobre hombres, masculinidades y relaciones en Colombia*, publicado em 2002, chama atenção para os estudos sobre masculinidade que começavam a ganhar projeção, em 1992, por meio de incentivos da Fundação Ford, pelo Programa de Saúde Sexual e Reprodutiva.

Vigoya (2002) cita outras pesquisas pioneiras nessa área como as realizadas no Chile, pelos sociólogos Teresa Valdes e José Olavarría, ou como a pesquisa realizada por Norma

Fuller, no Peru, discutindo as identidades de gênero. Para Vigoya, tais sociólogos promoveram de maneira ativa a investigação das primeiras produções que chamaram a atenção para as investigações latino-americanas sobre esse tema e geraram uma rede local de estudos neste campo. Valdes, Olavarría e Fuller constituíram o núcleo da Rede de Investigações sobre Masculinidade.

Em 1997, em um balanço sobre os estudos sobre a masculinidade na América Latina, Vigoya (2002) descreveu essa temática como uma produção teórica emergente: ela havia catalogado quarenta trabalhos que discutiam temas como a construção da identidade masculina, as relações entre gênero e etnia, a saúde reprodutiva e a sexualidade masculina.

O que Vigoya (2002) nos oferece no seu livro é uma abordagem múltipla para se entender a identidade masculinidade colombiana, isto é, os modos de ser, de se reconhecer, de se reconhecido dos machos colombianos, realidade em transformação. Vigoya nos fala de homens que optaram pela vasectomia como método anticonceptivo; homens vivendo o exercício da paternidade assumindo papéis tidos, até então, como femininos; e homens que não se definem por exercer o poder sobre as mulheres. Vigoya trabalhou com três eixos principais, a masculinidade como objeto de investigação; o processo de socialização e construção identitária dos homens colombianos; a inscrição das desigualdades sociais na corporalidade, a sexualidade e a reprodução nos oportunizando com novos olhares para a masculinidade na América Latina.

Conclusão

A relação que se estabeleceu de colonialidade e de poder entre países colonizadores e colonizados influencia a produção latino-americana, mas não a determina. Produzimos algo novo, pois o tipo de relação mudou, temos um novo campo de relações na América Latina. O contato interétnico produziu e continua a produzir novos olhares, como foi a percepção de fricção interétnica cunhada por Roberto Cardoso de Oliveira (1996), ou o conceito de cunhadismo de Darcy Ribeiro, usado para explicar as relações que se estabeleceram entre colonizador e indígenas no início da colonização. Darcy Ribeiro nos traz também a noção de transfiguração étnica, seja entre brancos, índios ou negros, e demais migrantes na época atual.

Bartolomé (2006) propõe que a etnogênese seja entendida como uma construção ou reconstrução identitária, constitui um tema complexo e não se presta a uma interpretação unívoca, diferente das *Comunidades Imaginadas*, de Anderson (1993), ou a *Invenção das Tradições*, de Hobsbawm e Ranger (1983). Nesse sentido, propõe um novo conceito e um sentido étnico e ético.

Lugones (2008) e Segato (2010) propõem pensar gênero através de outro olhar... olhar este até então pautado nas relações coloniais e permeados de poder e opressão, pautado por um binarismo onde o masculino domina o feminino, por parte do patriarcado constituído na América Latina. Ambas propõem pensar gênero como categoria central para explicar relações sociais desconstruindo o colonialismo de gênero.

Ainda para Lugones (2008), precisamos entender o lugar do gênero nas sociedades pré-colombianas para entender as mudanças estruturais a que essas sociedades foram expostas pelos processos constitutivos do capitalismo eurocentrado colonial moderno. As mudanças foram lentas, descontínuas e permeadas pela colonialidade do poder que inferiorizaram as mulheres colonizadas, promovendo a desintegração das relações sociais e igualitárias e o processo coletivo de tomada de decisões. Propõe ainda que o feminismo rompa com a percepção centrada no gênero e passe a perceber a interseção entre raça e gênero e outras sujeições às quais as mulheres estão expostas.

As pesquisas latino-americanas mostram que o sistema de gênero tem um lado claro e outro lado oculto, o lado visível constitui hegemonicamente o gênero e as relações de gênero, organiza a vida dos homens e das mulheres, constitui o significado de homem e mulher no sentido colonial moderno.

Fica evidente que o sistema de gênero é heterossexual e permeia um controle patriarcal racializado inclusive sobre a produção de conhecimento e sobre a autoridade coletiva. Por outro lado, o lado oculto do sistema de gênero é violento, mulheres são reduzidas à animalidade, ao sexo forçado com o colonizador branco e à exploração do trabalho, que as levava a trabalhar até a morte. (LUGONES, 2008).

Vigoya (2002, p. 369) foi uma das precursoras nos trabalhos sobre a masculinidade na América Latina. O que existia era produzido por pesquisadores americanos e europeus. Na América Latina, a temática passa a ser alvo do interesse de pesquisadores, de programas universitários, que, se ainda “insipiente(,) é uma produção própria”. Os trabalhos produzidos sobre o tema masculinidade na América Latina “dispõem de um material suficiente para contrastá-los com as imagens essencialistas que foram construídas sobre uma identidade masculina latino-americana, como sendo uma identidade fixa e sem conflitos”. Os estudos latino-americanos contribuem também com novos elementos para a compreensão das relações de poder entre nações e dentro delas, com base nos critérios de maior ou menor adequação à masculinidade hegemônica.

O que vemos base à pequena revisão bibliográfica são velhos temas para a antropologia sendo analisados com novos olhares, vemos também a interseccionalidade sendo acionada para poder entender a complexidade da realidade latino-americana, nos liberando das amarras intelectuais a que fomos expostos pela colonialidade. Produzimos novas representações sobre a América Latina e uma autocritica para a antropologia, contribuindo teórica e metodologicamente para seu desenvolvimento como ciência humanista.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. 2ª Ed. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BARTOLOMÉ, Miguel A. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **MANA**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006.
- ESCOBAR, Arturo. **La Invención del Tercer Mundo**. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Caracas: Fundación Editorial El Perro y La Rana, 2007.
- GONZALES, Lélia. Por un feminismo afro-latinoamericano. **Mujeres, Crisis y Movimiento**. Ediciones de la Mujer del ISIS Internacional, n. 9, p. 133-140, 1988.
- JIMENO, Myriam. La vocación crítica latinoamericana de la antropología. **Maguaré** 18, p. 33-58, 2004.
- HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). **The invention of tradition**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1983.
- LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, n.9: 73-101, julio-diciembre 2008.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O índio e o mundo dos brancos. 4ª ed. Campinas: Ed Unicamp, 1996.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Rompendo o silêncio: por uma revisão do desaparecimento dos povos indígenas. **Ethnos: Revista Brasileira de Etnohistoria**, 2(2). 1998.

ROOSENS, Eugeen. **Creating ethnicity**. The process of ethnogenesis. San Francisco, USA: Ed. Sage, 1989.

SEGATO, Rita L. Género y colonialidad: en busca de claves de lectura y de un vocabulario estratégico descolonial. In: Quijano, Aníbal y Julio Mejía Navarrete (eds.): **La Cuestión Descolonial**. Lima: Universidad Ricardo Palma - Cátedra América Latina y la Colonialidad del Poder, 2010.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Siete tesis equivocadas sobre América Latina. **Sociología y Subdesarrollo**, México, Nuestro Tiempo, 1981 [1965].

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, n. 51, e175101, 2017.

VIGOYA, Mara Viveros. **De quebradores y cumplidores**: sobre hombres, masculinidades y relaciones en Colombia. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 2002.